

18º CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA

26 a 29 de julho de 2017, Brasília/DF

**GT 29 GOVERNO, SUBJETIVIDADES E GESTÃO DE POPULAÇÕES:
MUDANÇAS E PERSPECTIVAS NAS PERIFERIAS**

**A indiscernibilidade entre o “estatal” e o “não estatal”
na gestão de ilegalismos e violências nas ruas de Manaus**

Fabio Magalhaes Candotti*

Israel Pinheiro**

Jander Batista Alves***

* Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Amazonas. Coordenador do grupo de pesquisa ILHARGAS.

** Doutorando do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas. Pesquisador do grupo de pesquisa ILHARGAS

*** Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Amazonas. Pesquisador do grupo de pesquisa ILHARGAS.

Resumo

O presente trabalho consiste em uma análise comparativa de dois modos distintos de gestão diferencial de ilegalismos e violências, que agenciam e se apoiam em práticas muito heterogêneas entre si. Partiremos de descrições etnográficas de duas experiências sociais muito distintas em Manaus – cidade cujo cotidiano tem sido cada vez mais marcado pela circulação de discursos em torno da presença crescente do “crime organizado”. De um lado, a vivência dos moradores e comerciantes do entorno de um “quartel” da Polícia Militar situado numa antiga periferia; de outro, o cotidiano de flanelinhas que trabalham num pequeno conjunto de ruas no Centro. Ambos os lugares têm seu cotidiano ritmado por uma intensa mobilidade humana. As análises dessas experiências nos levaram a uma reflexão comparativa – inspirada na perspectiva micropolítica de Foucault, Deleuze e Guattari – sobre o funcionamento de dispositivos de “segurança” compostos por redes de agentes muito diversos, por corpos armados e olhos vigilantes, e atravessados por linhas de segmentação flexíveis que fazem da fronteira entre o “estatal” e o “não estatal” uma zona de indiscernibilidade. Como condição e resultado dessa rede, emergem subjetividades situadas por saberes que articulam dois tipos de regimes: de um lado, regimes de enunciação marcados por ameaças e construções de sentidos sobre “respeito”, “direitos” e “justiça”; de outro, regimes de visibilidade nos quais é iluminada uma paisagem povoada de imponderáveis e perigos.

Palavras-chave: Segurança, Ilegalismos, Assalto, Dispositivos de poder, Respeito

Introdução

Este paper visa apresentar algumas reflexões teórico-metodológicas sobre a produção da “segurança” em grandes cidades. Ele nasce de discussões entre os autores em torno de suas etnografias feitas na cidade de Manaus, e de suas leituras e teorizações, inicialmente voltadas para outras questões. Israel Matos dedicou-se nos últimos anos a compreender as narrativas sobre violência em um lugar considerado “seguro” num bairro de periferia (Matos, 2017). Jander Alves vem pesquisando as relações de poder implicadas no cotidiano dos flanelinhas no Centro da cidade (Alves e Candotti, 2017). Fabio Candotti, há alguns anos, tem insistido na importância de analisar as relações entre saberes heterogêneos para o governo da vida social urbana (Candotti, 2012, 2015) e, mais recentemente, tem se dedicado a compreender a urbanização da Amazônia à luz dos “regimes de mobilidade”, bem como as zonas de fronteira entre Estado e crime (Candotti, Melo da Cunha e Siqueira, 2017).

Como em tantas outras grandes cidades brasileiras e estrangeiras, o cotidiano de Manaus é povoado de discursos sobre segurança, principalmente sobre a falta de segurança. Mas há uma clara diferença entre os discursos que circulam intensamente pelos setores médios e altos da maquinaria da segurança pública – e que se difundem pelo jornalismo das grandes empresas midiáticas – e aqueles que fluem diariamente pelas bocas de manauaras (inclusive através de linhas de penetração da segurança pública pelas ruas da cidade). Enquanto a preocupação central dos primeiros é com os comerciantes de drogas ilícitas – preocupação intensificada a partir da ascensão da “Família do Norte” – a dos demais discursos se refere ao assalto. Para além dos dados baseados em registros policiais, *fala-se* muito de “assalto” em Manaus, principalmente nos meios populares. Difícil encontrar alguém entre as classes populares que nunca tenha sido assaltado ou visto um assalto de perto. No ônibus e nas paradas, nas calçadas do Centro, nas *ruas da frente* e *de trás* dos bairros ricos e pobres da cidade, na saída do trabalho ou na porta de casa.

Mas não é apenas o discurso de gestores da segurança pública que invisibiliza essa preocupação “menor” com os assaltos. No *Anuário Brasileiro de*

Segurança Pública só existem dados sobre roubo à instituição financeira e roubo de cargas. Mais ainda, no campo dos estudos urbanos no Brasil, não encontramos quase nada específico sobre o fenômeno do assalto e dos dispositivos de segurança montados em torno dele. Temos o trabalho de Aquino (2010) sobre a performance de assaltantes de banco e as pesquisas de Lyra (2013) e Vieira (2014) sobre o ponto de vista de jovens adolescentes que se engajaram em pequenos assaltos. Temos, ainda, as publicações de Paiva (2014a; 2014b) sobre as falas e representações sobre a “violência” implicada (também) em assaltos em bairros de periferia. A respeito de medidas de segurança contra assaltos há o artigo de Tavares e Paiva (2011) sobre o crescimento e situação do “setor da segurança privada” e, principalmente, os artigos de Paes-Machado e Riccio-Oliveira (2009) e Paes-Machado e Nascimento (2014, 2012) sobre as “redes” de proteção agenciadas por motoboys e taxistas, respectivamente.

Essa ausência nos parece consequência da centralidade conferida ao tráfico de drogas e outros ilegalismos de grande escala pelos estudos urbanos. Sem dúvida, essa centralidade tem alguma razão de ser: por um lado, é nas guerras vividas ao redor de grandes mercados ilícitos que está situada a grande maioria das mortes matadas; por outro lado, o tráfico de drogas é um fenômeno de fato central para compreender a grande novidade da produção da vida social urbana brasileira na virada do milênio, muito bem definida por Vera Telles (2011): não somente uma expansão do que era nomeado como “economia informal”, mas uma transformação na maneira como a circulação global de mercadorias, pessoas e informações é agenciada nas cidades em meio a jogos de poder que embaralham as fronteiras entre o legal e o ilegal, o formal e o informal, o lícito e o ilícito – jogos onde o que está em questão é, no limite, a fronteira entre a vida e a morte¹. Em poucas palavras, a “trama expansiva dos ilegalismos urbanos”².

1 “A economia informal, desde sempre presente na cidade (e no país) expande-se por meio de novas articulações entre a tradicional economia de sobrevivência, os mercados locais, que se espalham pelas regiões, mesmo as mais distantes da cidade, e os circuitos globalizados da economia. Trata-se aqui de novas conexões e de uma escala de redefinições inteiramente em fase com o mundo globalizado, que redesenham espaços e territórios urbanos (...) Se é verdade que a cidade oferece todos os ingredientes que alimentam os discursos e o imaginário da “cidade global”, com seus artefatos sempre presentes e sempre iguais em todas as grandes metrópoles do planeta, também é verdade que a vida social é atravessada por um universo crescente de ilegalismos que passa pelos circuitos da expansiva economia (e cidade) informal, o chamado comércio de bens ilícitos e o tráfico de drogas (e seus fluxos globalizados), com suas sabidas (e mal conhecidas) capilaridades nas redes sociais e nas práticas urbanas.” (Telles, 2011: 9)

A discussão proposta por este paper segue de perto algumas das proposições teóricas e metodológicas que essa nova situação – e esse novo diagnóstico – provocou nos estudos urbanos – e não apenas no Brasil. Assim, oferecemos mais uma variação da perspectiva micropolítica, inaugurada por Foucault e renovada pela sociologia e pela antropologia contemporâneas³. Assumimos o desafio de pensar a política da cidade menos a partir da relação entre os grandes sujeitos políticos pré-constituídos – os cidadãos, o crime organizado, as empresas e o Estado – e mais a partir da descrição de dispositivos – entendidos como meios simultaneamente técnicos e políticos – de gestão de ilegalismos e de violências. Dispositivos feitos por relações de força (alianças e suas trocas, concorrências e suas disputas etc.) e por saberes dedicados a conduzir essas relações e a transformá-las. Dispositivos dos quais fazem parte agentes e agências do “Estado” e agências e agentes do “crime”, além de outras tantas agências e agentes formais e informais, incluindo mercadorias lícitas e ilícitas. Dispositivos que incorporam ilegalismos e neles se apoiam para agir sobre outros e que, desse modo, pode inclusive levar à “aplicação” rigorosa de alguma lei.

Contudo, desde esse ponto de vista micropolítico, gostaríamos de levar a sério e seguir o discurso difuso que elege o assalto como problema central e

2 Sobre o conceito de ilegalismos ver Hirata (2014) e Lascoumes (1996). A apropriação tardia desse conceito pelos estudos urbanos brasileiros foi, também, sem dúvida, ajudada pela tradução errônea da versão brasileira do livro, que converteu “ilegalismos” em “ilegalidades”. Talvez em função disso, a noção de ilegalismo apareça apenas na literatura “foucaultiana”, com exceção talvez das publicações de Michel Misse (2002, 1999).

3 Nos últimos dez anos, o debate das ciências sociais brasileiras sobre cidade, trabalho e política foi profundamente impactado por análises elaboradas por Michel Foucault nos anos 1970. Por um lado, a publicação de seus cursos sobre a governamentalidade moderna (Foucault, 2004a, 2004b), principalmente sobre a neoliberal, ofereceu uma nova chave analítica não somente para pensar genericamente o “Estado”, mas as transformações específicas pelas quais o Estado brasileiro vem passando no período pós-ditadura militar. Por outro lado, o acolhimento dessa perspectiva conduziu a uma releitura de sua análise sobre as cidades que iluminou outro conjunto de conceitos, que havia sido muito pouco explorado no Brasil desde sua aparição, em *Vigiar e Punir* (1975) e *História da sexualidade I* (1976): “dispositivos de poder”, “gestão dos ilegalismos”, “poder soberano” e “biopolítica”. De maneira mais concreta, no nosso entendimento, esse espécie de “sobrevida” da obra foucaultiana no Brasil colaborou (junto a outras tantas pesquisas e teorias) para o abandono de duas teorias centrais: a que explica as transformações urbanas recentes a partir de uma interpretação do neoliberalismo (e, com isso, sobre o desemprego e a informalidade do trabalho) como uma política econômica que visaria o “desmonte” do Estado; e a teoria que explica a “violência” e a “criminalidade” a partir das transformações (e das insuficiências) institucionais. Essa teoria se compõe perfeitamente uma com a outra. Positivamente, esse duplo deslocamento, desdobrou-se numa espécie de “aquecimento” do campo de estudos urbanos, no interior do qual os fenômenos da “informalidade”, da “ilegalidade” e da “violência”, bem como o universo das “políticas públicas”, passaram a ser analisados conjuntamente como efeitos de transformações em “dispositivos” que operam a “gestão” de “ilegalismos” e “violências” e, assim, de “vidas” de indivíduos, grupos e populações.

promover a objeto de análise e reflexão os dispositivos que operam a gestão desse fenômeno. Pois esse discurso não se resume à expressão do medo da subtração de um bem ou da perda da vida – ainda que essa seja uma questão central. Ele também é acompanhado pela explicação das pequenas estratégias e táticas de “segurança” “pessoal” e “local” – sobre o que se fala em tom baixo; e pela a expressão de ódio frente ao “ladrão”, o que geralmente se fala em alto e bom som.

A proposta deste paper é um exercício de aproximação desse objeto ainda pouco valorizado. Oferecemos uma análise de dois pequenos dispositivos muito localizados e precários, diferentes entre si, mas que tem como “função estratégica dominante” (Foucault 1978: 244), explicitamente enunciada, “garantir a segurança” de certos lugares, ou seja, de produzir territórios “seguros”, principalmente contra furtos e roubos. O primeiro, etnografado por Israel Matos, opera numa rua movimentada de um bairro de periferia de Manaus que contorna um dos lados de um grande “quartel” da Polícia Militar. O segundo dispositivo, etnografado por Jander Alves, também se situa numa rua movimentada, mas no Centro da cidade. Em cada uma das análises, recorreremos a dois pequenos acontecimentos: uma abordagem de um dos seguranças particulares de um comércio na periferia; uma história contada por um flanelinha sobre o “roubo” de uma moto. Partir desses acontecimentos implicará em observar os dispositivos através de dois pequenos ilegalismos, tolerados e geridos de maneiras diferentes, que são os trabalhos – meio formais, meio informais, meio legais, meio ilegais – de seguranças particulares e flanelinhas. De maneiras distintas, esses dois ilegalismos se mostram centrais para a maneira como são geridas as violências voltadas à produção da “segurança”.

É justamente a partir de uma análise desses dispositivos menores, descritos através da interlocução com esses sujeitos igualmente menores (e igualmente invisíveis nos estudos urbanos brasileiros), que pretendemos realizar, ao fim, uma discussão teórica e metodológica.

O papagaio e o segurança

Era um domingo ensolarado, numa época do ano em que os mais jovens se reúnem para brincar de papagaio, lançando aos céus o que em outras partes do país chamam de pipa. Em Manaus, o “tempo do papagaio” é algo que altera as dinâmicas

dos finais de semana de bairros populares. Enquanto no céu se vê uma disputa onde o mais importante é conseguir “cortar o papagaio” alheio, nas ruas o desafio – além de desviar de árvores, construções e fios de alta tensão – é “aparar” papagaios “quedados”. Muitas vezes, isso significa se lançar em uma corrida desenfreada pelas ruas, desviando dos obstáculos mais diversos: buracos no chão, pessoas e objetos nas vielas e calçadas, carros e motos nas ruas, além de muros que separam propriedades.

Naquele domingo, um de nós, Israel, caminhava pela “rua da frente”, na Feirinha, uma região comercial bastante movimentada que tem a fama de ser o lugar mais “seguro” do bairro. Em grande medida, essa fama deve-se à presença de um enorme quartel da Polícia Militar do Amazonas – um complexo administrativo e esportivo, cercado por um muro baixo, construído no período de sua fundação em 1970. Diariamente, policiais que entram e saem a pé desse quartel, andam pela rua principal – a “rua da frente”, como dizem os moradores do bairro – para lanchar e comprar outras coisas. Alguns também moram no bairro, que ainda possui entre os moradores e comerciantes muitos policiais reformados.

Foi nesse local que Israel viu quando dois jovens – vestidos com bermuda, camiseta de time de futebol e tururi de boi – atravessaram a rua correndo, passaram na frente da drogaria e saltaram, com uma agilidade felina, o muro branco e baixo do quartel, para “aparar” um papagaio “quedado”. Foi quando um dos seguranças particulares da drogaria saiu armado, atravessou a rua e passou a “abordar” os jovens: “Encosta na parede! Anda porra, as duas mãos nas paredes!”. Naquele exato momento, diante da arma empunhada, os meninos pararam de correr. Aos poucos, as pessoas ao redor pararam seus afazeres – no lanche, na drogaria, nos comércios – para olhar o desenrolar da situação.

Enquanto um deles se virava para a parede, o outro ainda tentou argumentar. Antes que pudesse explicar algo, o segurança deu um chute no meio do estômago, fazendo-o cair no chão sem ar. “Tá com graça, é? Não escutou, não? Encosta na parede!”. Em seguida, levantou-o de forma brutal, puxando pela camisa, enquanto apontava a arma e o empurrava contra a parede.

Eu aos poucos fui me aproximando, com cautela para não piorar a situação, nem para os jovens e nem para mim. Cheguei junto e falei:

“Calma aí, mano! Eles tavam atrás de papagaio, tavam de boa! Tá cheio de gente olhando, vai com calma!” Falei altamente apreensivo e com certo receio. Ele olhou ao redor e, como se algo tivesse sido desligado, foi abaixando a arma. Virou falando: “Isso aí é tudo marginal, não presta pra nada, olha só pra eles, esse tipo aí aprontam muito, tem que ficar de olho nesses aí”. A arma ainda estava em sua mão. Fui falando pausadamente com medo que o caldo entornasse para o meu lado. Eu já tinha conversado antes com outro segurança do lugar, então aproveitei para perguntar a respeito desse seu colega, e aos poucos as coisas ficaram menos agressivas. Depois de um tempo, ao ver que estavam desarmados, o segurança falou para os jovens. “Olha não vou querer bagunça aqui não, tão ouvindo? Dessa vez vocês podem sair fora, mas da próxima já sabe”. Os garotos, assustados e ofegantes foram saindo, ele ainda virou para mim para falar algo, mas desconversei e fui saindo do lugar. (Israel Matos, caderno de campo)

“Na próxima já sabe” é uma ameaça que parece ecoar a mensagem na porta da drogaria: “Para minha segurança e depois a sua este estabelecimento é monitorado, pense bem e não vá fazer algo que possa se arrepender”. A drogaria é o principal comércio da rua e é propriedade de um policial reformado. Para quem vive o cotidiano dessa pequena região, a segurança local tem nesse estabelecimento uma referência importante.

Esse Quartel aí, não serve muito, tipo porque a gente liga para a policia.... Até chamar a viatura... para vir demora muito. O lance é que tem os seguranças da drogaria, daí a gente fala direto com eles, porque é mais rápido. Normalmente eles não fazem nada, porque eles só protegem a drogaria, né? Mas já é o suficiente. (Thaís, moradora)

Seguindo a fala de Thaís, poderíamos terminar por delimitar um dispositivo privado de “segurança” produzido e legitimado em função da “ausência” ou “demora” do Estado. Poderíamos desdobrar daí o diagnóstico sociológico corrente de uma transferência de responsabilidade do poder público para o mercado. Sem dúvida, o mercado da segurança privada cresceu muito no Brasil nas últimas três décadas. Mas seria ignorar a extensão do dispositivo e a natureza das relações que o constituem. Uma fala do gerente da lan house, que também fica na “rua da frente”, abre um pouco mais esse campo de relações.

Nem sempre essas câmeras [da lan house] estão ligadas, já tem mais de seis meses que não pago a empresa. Mas deixo elas aí para coibir, sabe? O cara quando vem olhar vê as câmeras e pensa duas vezes antes de agir ou de tentar fazer alguma coisa. Também estou em frente do Quartel, aqui perto da drogaria, ninguém vai tentar nada, não. Só se for doido. Uma vez um cara assaltou uma funcionária minha aqui na lan house, meteu a arma na cabeça dela, por sorte nada de ruim aconteceu. (Bob, gerente de lan house)

À presença de um quartel da PM e de policiais circulando, à presença de seguranças particulares armados e à ameaça escrita na porta da drogaria somam-se as câmeras de vigilância. Estas funcionam tal como a torre central do panóptico de Bentham: o vigiado nunca tem certeza se há efetivamente alguém observando ou registrando⁴. Esse pequeno conjunto de sinais junta-se ainda aos olhos de moradores e comerciantes – com seus celulares – e forma uma espécie de “semiotécnica” local da “segurança” e da punição que envolve presenças estatais e não estatais que tenta induzir o assaltante a pensar nas consequências de suas ações – “só se for doido”⁵.

Seria apenas um sistema de cooperação organizado por uma linha de segmentação dura e clara que diferencia, de um lado, signos e agentes “públicos” e, de outro, signos e agentes “privados”. Acontece que o trabalho de segurança particular nessa drogaria não é vinculado a uma empresa. Trata-se de um trabalho informal muito comum realizado por policiais nos mais diferentes comércios de Manaus. Um “bico”, como eles mesmos dizem, apesar da regularidade e do passar dos anos. Um pequeno e importantíssimo ilegalismo no interior dos dispositivos de governo da socialidade urbana.

Quem abordou os meninos que corriam atrás do papagaio foi Falcão, policial militar que trabalha na drogaria desde o início dos anos 2000.

Na época que entrei as coisas já eram precárias, mas não era como hoje. O soldado não tem promoção.... Na época que entrei, tinha refeitório, o você escolhia se comia no Quartel ou se almoçava.... Dava para comer. Mas hoje em dia tá uma miséria. Esse governo acabou com a gente. A corrupção, sabe? O próprio governo negociando direto com as facções, isso acaba deixando a

4 Em outra situação, as câmeras do *lanche* que fica perto da *lan house* estavam efetivamente funcionando. Nas palavras do dono: “Botei essas câmeras para vigiar melhor, outro dia, levaram o capacete da menina que faz café ai, tu acredita os caras pararam e levaram o capacete, eu consegui pegar a gravação deles, já passei para ela”.

5 Fazemos aqui uma pequena comparação com a “semiotécnica das punições” assim definida e analisada por Foucault (1975).

polícia do jeito que está. Esse governo dos trabalhadores é o governo dos empresários. (Falcão, entrevista, 2016)

A entrada e a permanência na atividade de segurança particular é, para Falcão, fruto de dificuldades crescentes na carreira de policial militar – promoções adiadas e salários desvalorizados⁶. Nesses termos, sem dúvida, sua situação laboral reflete a falta de investimento público e o fortalecimento do mercado privado da segurança. Uma perspectiva que – mais uma vez – pressupõe uma linha de segmentação rígida a separar instituições ou máquinas e suas competências e hierarquias, bem como, no seu interior pessoas com suas funções complementares e bem definidas. Porém, ao falar do risco que correm os seguranças particulares, Falcão precisa recorrer a uma transformação na relação entre *bandido* e *policial*.

Pelo que eu lembro, eu sempre trabalhei como segurança desde que entrei para a polícia (...). Antes o bandido respeitava o policial. Hoje em dia, os cara entram para ganhar ou perder, para matar mesmo. Então tá cada vez mais difícil trabalhar. Morreu um segurança agora em dezembro e teve, também, aquele assalto na Djalma Batista ano passado, (...) aquele assalto do micro-ônibus. Mas o que mais tem é esse tipo de assalto. Então, isso é porque o governo recebe dinheiro para fazer as coisas e não investe, é simples assim. (Falcão, entrevista, 2016)

É a perda de *respeito* do bandido em relação ao polícia que explica as mortes mais recentes de seguranças particulares. Mas se o risco dessa atividade informal e privada deriva do pertencimento simultâneo do indivíduo à atividade formal e pública, a sua eficácia também passa por essa “confusão” de pessoas no mesmo “indivíduo”. Falcão não apenas conseguiu esse “bico” na drogaria em função das relações construídas dentro da polícia, como ele também continua a atuar parcialmente como policial na drogaria. Foi o que aconteceu na abordagem dos meninos que corriam atrás do papagaio. Eles não corriam para a drogaria, então, em princípio, não havia porque um segurança particular se preocupar. Além disso, Falcão sabia muito bem os limites legais de sua atividade informal, que restringe o porte de arma ao interior do estabelecimento. Por outro lado, não nos parece suficiente dizer que naquele momento ele atuou como policial, abandonando, por um momento, seu *bico*, em nome de uma causa maior, a “segurança de todos”. Acreditamos ainda menos de que se trata de uma reação quase mecânica de um policial disciplinado pela e para a “violência” – o seu colega de trabalho, também

6 Enquanto preparávamos este paper o governador interino do Amazonas assinou uma “promoção” para os policiais que, para muitos, era esperada há mais de dez anos.

policia militar, jamais teria agido da mesma maneira⁷. Parece-nos que o que permite aquela abordagem, o que a torna legítima naquele local, é a maneira como essa pessoa dupla, esse “divíduo”, segurança particular/polícia se insere como agente no pequeno dispositivo de “segurança” que opera na região da Feirinha.

Esse dispositivo local é agenciado por um coletivo bastante heterogêneo de pessoas, como posições relativas: moradoras e moradores de diferentes idades e com tempos de permanência diferentes no bairro; trabalhadoras e trabalhadores do comércio local, seja em estabelecimentos fechados ou na rua; trabalhadores do transporte, principalmente mototaxistas; policiais em serviço, seja no trânsito de entrada e saída do quartel, seja cumprindo atividade especificamente no bairro. Mas a duplicidade de pessoa que faz de Falcão segurança particular-policia pode ser ainda mais complexificada: ele também é morador do bairro, vive lá há muito tempo. Ele é, portanto, segurança-particular, policia e morador antigo – e provavelmente sabia que os meninos que corriam atrás do papagaio eram moradores das “ruas de trás” que ficam nas proximidades dos igarapés, local mais estigmatizado do bairro.

São essas *relações parciais divididas e misturadas* que fazem de Falcão, no instante em que trabalha na drogaria, mais morador em algumas relações, quem sabe mais parente em outras e, ainda, mais policia em outras. São essas relações parciais que sustentam o “respeito” e a “confiança” entre pessoas.

Foi esse dispositivo que foi posto em funcionamento em outro momento presenciado de perto por Israel: um linchamento. Naquele dia, segurança particular algum se moveu para impedir a pequena multidão de espancar um “ladrao”. O ritual de punição “ilegal” foi interrompido “legalmente” por dois policiais “em serviço” que, naquele momento, trabalhavam na rua.

A moto e o flanelinha

Alguns anos antes, no Centro de Manaus, João quase foi linchado. O furto de uma moto bem na sua “área” era um motivo suficiente. Ele contou a história para Jander:

⁷ Sobre disposições sociais para a violência física incorporadas diferencialmente por diferentes indivíduos, inclusive policiais, ver Matos (2017).

Os cara queriam me linchar lá! Queriam me bater lá na praça! Aí eu falei pro cara: “meu amigo, a sua moto a gente vai recuperar, meu amigo!” (...) Os cara tavam me jogando pressão, os camelôs e o cara da moto, porque os colegas dele é tudo motoqueiro ali da [rua] Marcilio Dias, jogando pressão pra cima de mim. E não tinha ninguém por mim, só Deus! Aí eu olhei pro cara e disse: “rapaz, vocês vão querer me bater, meu irmão? Eu não devo nada, não tenho nada a ver. Não sabia que o cara era ladrão, não sabia que o cara tinha roubado a moto!” (João, entrevista, 2017)

Os flanelinhas de Manaus, como em tantas outras cidades, são objeto de uma desconfiança permanente que, como mostra a fala de João, pode vir de todos os lados: clientes, para começar; mas também outros trabalhadores, inclusive os que se encontram na fronteira da (in)formalidade e da (i)legalidade, como os camelôs. Afinal, seu trabalho apesar de reconhecido não é regulamentado, consistindo num pequeno e frágil ilegalismo. Mais do que isso, envolve a proteção dos bens mais valiosos da socialidade urbana: motos e automóveis. Bens que consomem uma parte considerável da renda e que não devem ser sequer tocados. Um pequeno risco na lataria pode desvalorizar um veículo em milhares de reais; um furto pode ser um desastre financeiro.

Mas para compreender a situação enfrentada por João, sua vulnerabilidade, é preciso observá-la para além da sabida “informalidade” e do estigma que recai sobre seu trabalho. É preciso entender as relações que o situam dentro de um dispositivo de “segurança” mais amplo instalado sobre o local.

Assim como policiais que trabalham como segurança particular nas horas vagas, João também chama seu trabalho de “bico”. E, também como os policiais, está há muito tempo nessa atividade – que para ele é a única fonte de dinheiro. Uma rápida pesquisa nessa região do Centro de Manaus, mostrou que os flanelinhas estão em média há 18 anos nessa profissão⁸. João é um dos mais antigos e está lá há mais de 23 anos. Quando uma obra diminuiu as vagas de estacionamento na rua, ele ficou por conta de sua antiguidade. Agora, ele diz, “não tem como arranjar para parente nenhum”. Mas se sobrar um espaço, se ele ficar doente, os parentes têm preferência. Não por acaso, ao seu lado trabalha seu cunhado, a quem, anos atrás, cedeu um pedaço de sua “área”.

⁸ Essa e outras informações, bem como toda a etnografia deste item do paper, fazem parte da pesquisa de mestrado, em andamento, de Jander Alves.

Foi justamente numa ajuda dessas a um (quase) parente que ocorreu o “roubo”. Quando João disse para aqueles que queriam lhe linchar que “não sabia que o cara era ladrão”, ele não estava assumindo sua incompetência como vigilante, sua incapacidade de perceber que um transeunte pode ser um ladrão. O problema era que o “ladrão” era o namorado de sua filha e futuro pai de sua neta.

E esse cara, nós expulsemos ele de lá! Nunca mais ele apareceu por lá. Porque, se ele aparece por lá, ele ia pegar uma surra, ia pegar porrada – podiam até matar ele, que eu não ia ter nada a ver! (...) É um namorado da minha filha, aí! Um vagabundo! Não quero nem papo com ele! Tava desempregado, aí levei ele pra lá pra ajudar a minha neta, com pena da minha neta, né? A gente tem pena de uma pessoa, mas aí depois a gente se arrepende: você tem pena de um sobrinho, de um irmão, o cara usa drogas! Você não pode ter pena desses cara! Dá teu jeito pra lá! Nunca você tem pena desse tipo de pessoa assim.

(...) Ele não aparece mais lá no Centro “nem com nojo”. Se ele aparecer lá, os pessoal vai linchar ele! Nós demo ordem: se ele aparecesse lá mano, ele ir sumir! Eu mandei ele sumir de lá! É por isso que a gente não deixa mais ninguém entrar. Ninguém! É só nos dois, então é só nos dois! Aí nós tamo trabalhando tranquilo lá. Não apareceu mais nada de roubo, mas nada de confusão. Graças a Deus! Nós já tamo com cinco anos sem esse negócio de fofoca de roubo, sabe? Graças a Deus, estamos trabalhando na paz. (João, entrevista, 2017)

Como se percebe, João não se opõe ao linchamento. E para justificar sua indiferença (“eu não ia ter nada a ver”), denuncia o namorado de sua filha como aquele que é, talvez, para ele, a pior espécie de “ladrão”: aquele que rouba para comprar “drogas”. Diante disso, o fato do “ladrão” ser pai de sua neta perde importância – ou seja, a parentalidade perde para as “drogas”. Mas a fala de João também expressa principalmente uma preocupação obsessiva dos flanelinhas em se manterem diferenciados e separados daqueles “outros” que cometem alguns delitos – “um vagabundo que tira onda de trabalhador para roubar carros”. O zelo pela reputação se compõe com a intolerância radical em relação a atos que aparecem como “crimes”.

Essa autodefesa permanente dos flanelinhas ganhou nas últimas décadas um instrumento fundamental que são as “cooperativas”. Atualmente, em Manaus, o vínculo a uma “cooperativa” é, para os flanelinhas “cooperados”, uma das principais táticas na estratégia primordial de reconhecimento como “trabalhadores” e como pessoas “confiáveis” e “honestas”. Mas as duas cooperativas de “guardadores e

lavadores de veículos” que existem nessa região onde João trabalha estão muito longe de funcionarem da maneira como preveem as regulamentações de Estado. Uma delas, a mais recente, opera em parte como um sindicato que, sob a condição de um pagamento semanal, garante assistência médica e jurídica. A outra tem sido criticada justamente por não oferecer isso. Mas ambas assumem ainda outro papel, muito mais complexo: o de mediar a relação entre os flanelinhas, os trabalhadores e proprietários do comércio de loja e de rua, os taxistas e suas próprias “cooperativas”, os moradores, os policiais e os fiscais, além dos políticos.

A função de mediação assumida pela “cooperativa” expõe uma parte considerável do dispositivo de “segurança” do qual os flanelinhas fazem parte. Ele é agenciado através das alianças entre esse coletivo heterogêneo de pessoas. Alianças que não deixam de ser relações de poder, envolvendo reciprocidades e assimetrias, por vezes mediadas pelo parentesco (seria um engano considerá-lo importante apenas na periferia). Esse dispositivo em rede não protege apenas veículos, mas todo o conjunto de bens materiais e o dinheiro de quem tem propriedades, de quem trabalha, mora ou apenas passa pela região.

No interior desse dispositivo, o flanelinha não se limita a atender os motoristas em busca de vagas nas ruas. Assim como taxistas não apenas esperam clientes, camelôs não estão ali somente vendendo mercadorias e seguranças particulares das lojas não vigiam apenas as lojas. Todos, de algum modo, podem estar atentos a tudo o que pode aparecer no seu raio de visão⁹. A vigilância nesse caso se apoia na desconfiança permanente, principalmente por quem passa no local, mas também sobre quem vive e trabalha nele. A construção de uma relação de confiança é um objetivo importante para quem deseja permanecer no dispositivo (Alves e Candotti, 2017). Algo que fica bastante claro na história, contada por João, de uma palestra de um coronel da Polícia Militar num sindicato onde ocorrem reuniões da cooperativa.

Como o coronel já falou pra gente lá no Sindicato. Falou o coronel, e chegou e falou assim pra gente: “Olha, vocês não podem trabalhar bebido. Se vocês vê que os cara tão fazendo coisa errada, é só chamar a gente aqui. Tem policiamento na praça, tem policiamento aqui, é só chamar o policiamento. Conduzir o veículo

9 Os flanelinhas também prestam outros tantos serviços para moradores e lojistas, desde pagar um boleto no banco, realizar pequenos reparos em residências, ajudar a descarregar mercadorias de caminhões. Em contrapartida, alguns recebem uma contribuição mensal dos lojistas ou outros benefícios, como cestas básicas e descontos em suas lojas. Têm também acesso ao interior desses estabelecimentos, para guardar pertences pessoais ou utilizar os banheiros.

com o dono, se tiver arranhado o carro, se roubarem um toca-fitas podem prender o elemento e mandar ele ir embora na hora”. Não pode, esse tipo de elemento não pode ficar no nosso meio: ladrão, bebedor.... Se tiver vendendo droga, também, pode chamar a polícia, porque é uma coisa que pega pra gente. E pega mesmo! É ordem do coronel aí. Nós fomos tudo orientados pela polícia e a gente não quer esse tipo de criminalidade entre a gente. Criminalidade é o cara que tá no meio da gente, mas tá sujando a nossa classe, tá entendendo? É isso que acontece! (João, entrevista, 2017)

O coronel da PM explica como deve se dar a relação com o “policimento” da região. Na relação com seus clientes motoristas, João é um “flanelinha”, ou seja, alguém que, em troca de dinheiro, ajuda a estacionar, que pode lavar ou não o veículo, mas que, acima de tudo, deve vigiá-lo. Com o comerciante e os seguranças das lojas, ele já pode manter uma relação mais recíproca (que pode ou não envolver dinheiro) de ajuda na vigilância do local como um todo. Assim torna-se mais um segurança particular e, ainda, mais um ajudante para outras tarefas. Mas, se seguirmos a maneira como João narra a palestra do coronel, a relação com o policimento não é exatamente uma troca. A fala do policial era uma ordem: convocava a agir junto, a expandir a própria maquinaria de informações e aprisionamentos da PM. Ele explicou os procedimentos: chamar, conduzir o veículo com o dono e, mesmo, prender e entregar o “elemento”. Ao mesmo tempo, na memória de João, a fala do policial expõe a desconfiança que paira sobre seu trabalho, sobre quem está “no meio da gente” e que pode “sujar a nossa classe”: o “bebedor”, o “ladrão” e o “vendedor de drogas”. A interpelação do coronel é clara e direta. Como se dissesse: “Sabemos que há criminosos entre vocês. Mostrem que são dignos de confiança e entreguem aqueles que não respeitarem essas regras”.

É no interior desse dispositivo, dividindo-se em diferentes relações de “confiança” e “desconfiança” (e suas hierarquias) que um flanelinha mantém o seu “direito” sobre uma “área” e se protege das ameaças que chegam de todos os lados.

Voltando a situação do “roubo” da moto, quando João falava da *pressão* feita pelos camelôs e motoqueiros, lembrou que, ali, “não tinha ninguém por mim, só Deus”. A maneira como ele resolveu a situação mostra o desdobramento dessa sensação, típica de quem vive de um ilegalismo frágil.

Aí, lá vai eu com o dono da moto, de delegacia em delegacia pra recuperar a moto. Se não recuperasse essa moto, quem ia pagar era eu! E eu ia pagar a moto com o dinheiro da onde? Recuperamos a moto, fomos na casa do pai dele, fomos na

Delegacia de Roubos e Furtos. Chegamos lá, tinha um monte de moto, e a moto do cara não tava lá! Aí, o pai dele foi, arrumou um dinheiro lá e deu pro cara da moto. Aí, um moleque vagabundo, desses maconheiros, que roubou a moto, sumiu! Aí sobrou pra mim. Mas recuperamos a moto. Já tava no [bairro] Jorge Teixeira vendida por mil pau. Aí nós demo em cima, eu fui junto com o cara [que roubou]. Ele foi junto comigo e recuperamos a moto e entregamos pro cliente! Aí ficou normal. (João, entrevista, 2017)

Como o ladrão era um (quase) parente que ele mesmo havia convidado a trabalhar na região, João precisava resolver o problema por conta própria: ou encontrava a moto ou pagava uma nova ou poderia perder o “direito” sobre a “área” e, ainda, ter a vida ameaçada. A estratégia não passa pela “cooperativa” e pelo restante da rede *interna* do dispositivo. Passa, sim, primeiro pela visita ao depósito da Delegacia de Roubos e Furtos. Passa em seguida por uma aliança com o pai do genro, que descobre que seu filho já havia vendido a moto, e dá o dinheiro para ele pegá-la de volta. O rapaz foge com o dinheiro. “Aí sobrou” para João novamente e a solução foi ameaçar o genro para obrigá-lo a mostrar onde havia vendido a moto. Deu certo. Há cinco anos, segundo ele, não tem mais “esse negócio de fofoca de roubo” de veículos na área compartilhada com seu cunhado.

Indiscernibilidade e “respeito”

A maneira como optamos por discutir e descrever esses dois dispositivos de “segurança” – seguindo e tentando encontrar um modo de narrar dois pequenos acontecimentos na vida de dois personagens menores da vida urbana de Manaus – desdobrou e, ao mesmo tempo, nos permitiu reelaborar e propor questões para o campo de estudos urbanos, principalmente para os estudos sobre gestão de ilegalismos e violências.

Um dos desafios teórico-metodológicos mais fecundos desses estudos – em parte inspirado em questões levantadas por Das e Poole (2004) – tem sido o de analisar a maneira como o Estado é “feito” desde suas “margens” – entendidas mais em sentido intensivo do que extensivo. Do ponto de vista desse problema, o universo do “crime”, das “ilegalidades”, da “violência urbana”, bem como o da “informalidade” e da “política” deixa de ser pensado a partir da “falta”, “ausência”, “impotência”, “fraqueza”, “ineficiência”, “incompetência” (etc.) do “Estado”, pré-definido conforme alguns princípios metafísicos. Ao invés disso, o problema (teórico

e empírico) do Estado ganha, assim, um conjunto diversificado de respostas, relativas a *relações de poder situadas* (ainda que não necessariamente localizadas num único lugar).

De fato, diante dos acontecimentos e dispositivos aqui descritos, explicar tudo o que ocorreu e como as pessoas agiram tendo como parâmetro um ideal normativo de Estado seria de uma enorme violência epistêmica. Contudo, ainda que estejamos diante da questão da “segurança”, é curioso que das etnografias expostas o que emerge não são *imediatamente* questões sobre as “margens do Estado”. Ainda que possam existir negociações – e, portanto, deslocamentos – das fronteiras entre o legal e o ilegal, o lícito e o ilícito, o formal e o informal, ou seja, do que está “dentro” ou “em acordo” com o Estado e o que está “fora” e “em desacordo”, ainda assim, não é isso o que nosso encontro com o “campo” tornou visível. Ao contrário, o que nos chamou a atenção foi o que poderíamos chamar – negativamente – de uma *indiscernibilidade* entre o “estatal” e o “não estatal”. Algo sem o que não conseguimos interpretar e experimentar a natureza da socialidade urbana que constitui os dispositivos de “segurança” nas ruas, que os faz funcionar.

Tomemos o regime de enunciação fomentado dentro desses dispositivos. Nele há um termo – nem sempre explicitado – que nos parece central: o “respeito”. Não somente Falcão (ao falar da falta de respeito dos bandidos pelos policiais), mas outros moradores e moradoras de seu bairro, além dos trabalhadores do Centro, também insistem nesse termo. Trata-se de um conceito que, por sinal, aparece e é destacado em algumas etnografias recentes do/no/ao redor do “crime” realizadas em São Paulo (Biondi, 2014, 2010; Marques, 2014, 2012; Hirata, 2010). Em Manaus, Israel Pinheiro (2017) analisou como o “respeito” aparece de maneira central em narrativas que explicam as causas da “violência” em um bairro de periferia e mostrou claramente que o termo carrega mais de um sentido, mesmo entre seguranças particulares (que são também policiais, moradores etc.) e entre mulheres moradoras (que são também trabalhadoras, comerciantes etc.) que sofreram muitas violências físicas ao longo da vida. No caso de Falcão, o “respeito” pode significar medo. Para João, a situação criada por seu genro pode ter implicado numa perda de “respeito” (diante de outros com quem convive diariamente em seu trabalho) que significa perda de “confiança”.

De um jeito ou de outro, nos dispositivos aqui descritos, a linha discursiva que separa o ser e o não ser merecedor de “respeito” se prolonga num discurso sobre o “justo” e o “injusto” e corresponde a um regime de visibilidade que separa quem é “trabalhador” e quem é não é (“marginal”, “bandido”, “ladrão” etc), e que, portanto, merece ou não merece punição, ou seja, algum tipo de castigo físico, incluindo o linchamento até a morte.

Ocorre que esses dispositivos não produzem essas linhas de segmentação sobre um universo externo e discreto de indivíduos. Não se trata de um dispositivo de proteção como o dos taxistas de Salvador, analisado por Paes-Machado e Nascimento (2014, 2012), constituído pelas “malhas” leves e fluidas tecidas pelos taxistas em seus carros e os nódulos das centrais de comunicação. Nós não estamos diante de uma rede feita por um grupo profissional que tenta antecipar, se proteger e reagir diante da ameaça (de assalto e morte) que vem de seus próprios clientes. Não se trata também daquilo que os anglo-saxônicos chamam de *vigilantism* – delimitado por Johnston (1996) pelo engajamento de uma “cidadania autônoma” de “voluntários” que se organizam para controlar o crime ou outras infrações (“sociais” e “morais”) através de uso ou ameaça de uso da força.

As linhas traçadas pelas *relações* de “respeito” no interior dos dispositivos descritos são não apenas extremamente flexíveis, como mediadas por *relações situadas e sobrepostas* que podem ser mais ou menos assimétricas. São relações de vizinhança, parentesco, amizade, profissão, mediadas ou não pelo dinheiro e pela própria convivência, ao longo dos anos, no mesmo lugar – ainda que, ao mesmo tempo, extrapolem em muito o território protegido (como no processo de recuperação da moto por João). Essas relações de respeito, sustentadas por essas outras tantas relações situadas e sobrepostas, cortam as segmentações duras e “molares” que separam indivíduos por “profissão” (segurança particular, flanelinha, taxista, camelô, dono da lan house, policial, fiscal etc.) ou “condição” (morador, transeunte etc.). São relações que *dividem* ou *dividuam* corpos e constituem *sujeitos parciais* como operadores da “segurança”¹⁰.

10 Sobre linhas de segmentação (duras e flexíveis) e relações de poder ver Deleuze e Guattari (1996). Para eles os centros de poder não concernem apenas a uma segmentaridade dura que constrói uma realidade “molar”: “Cada centro de poder é igualmente molecular, exercendo-se sobre um tecido micrológico onde ele só existe enquanto difuso, disperso, desacelerado, miniaturizado, incessantemente deslocado, agindo por segmentações finas, operando no detalhe e no detalhe do detalhe. (...) Não é mais “o” professor, mas o inspetor, o melhor aluno, o cabulador de aula, o zelador, etc. Não é mais o general, mas os oficiais subalternos, os

O que implica que esses corpos sejam, eles mesmos, objeto de desconfiança, ainda que dentro de algumas relações – como a relação entre o coronel da PM e o conjunto dos flanelinhas, mas também entre os próprios flanelinhas; ou, ainda, entre vizinhos diferenciados por seus parentescos e proximidades com policiais e com “bandidos”; ou ainda, a própria desconfiança que, do ponto de vista de moradores das periferias, paira sobre qualquer corpo que possa vestir a farda policial. O que amplia as fontes de perigo e o campo dos imponderáveis. Não basta saber reconhecer o “ladrão” que atravessa o território vigiado.

Butler (2015) insiste na necessidade de apreender a vida (humana e não humana) em sua precariedade. “A precariedade – ela diz – implica viver socialmente, isto é, o fato de que a vida de alguém está sempre, de alguma forma, nas mãos do outro” (2015: 31). Mas há vidas mais ou menos “passíveis de luto” (*grievable*). Ao menos, do ponto de vista de uns e de outros. Se a linha que separa o “estatal” e o “não estatal” se torna um tanto indiscernível e se as relações de poder se apoiam mais na construção relacional e situada do “respeito”, isso não significa que as vidas de cada um dos corpos que compõem os dispositivos sejam igualmente precárias ou passíveis de luto. Há, efetivamente, uma “exposição diferenciada à violência e à morte” (id: 46).

Falcão – policial, segurança da drogaria e morador – não foi contestado por sua atitude exagerada e ameaçadora diante de jovens que corriam atrás de um simples papagaio. João, não sendo somente um guardador e lavador de veículos, mas fazendo diversos trabalhos há mais de duas décadas na mesma região do Centro, quase foi linchado pela atitude de seu genro. A diferença entre as condições de Falcão e João no interior dos diferentes dispositivos passa, ao nosso entender, pela assimetria com que cada um se situa na fronteira entre vidas mais “respeitáveis” e menos “respeitáveis” no sentido específico dado por Falcão: o *medo*. Falcão impõe medo; João, não – ou se impõe, impõe menos. Parece-nos que aí está o princípio de uma interpretação sobre a distribuição desigual da “precariedade”. Resta ainda compreender como esse “respeito” na forma de medo se constitui em

suboficiais, o soldado em mim, o encenqueiro também, cada um com suas tendências, seus polos, seus conflitos, suas relações de força. E mesmo o ajudante-de-ordens, o zelador, só estão sendo invocados para que se compreenda melhor, pois eles têm um lado molar e um lado molecular, e tornam evidente que também o general, o proprietário, já tinha os dois lados. Diríamos que o nome próprio não perde seu poder, mas encontra um novo poder quando entra nessas zonas de indiscernibilidade”.

meio ao conjunto heterogêneo de relações parciais e sobrepostas que constituem os sujeitos (igualmente parciais) nesses dispositivos de “segurança”. Em todo caso, não nos parece suficiente dizer que ele derivada de uma “proximidade” com o “Estado”, nem simplesmente do porte de armas de fogo.

Bibliografia

- ALVES, Jander B.; CANDOTTI, Fabio M. “Redes de confiança, solidariedade e vigilância: algumas observações sobre o trabalho dos flanelinhas em Manaus”. *Anais do V Seminário Internacional Violência e Conflitos Sociais*. Laboratório de Estudos da Violência. Universidade Federal do Ceará, 2017.
- AQUINO, Jânia P. D. *Príncipes e Castelos de Areia: um estudo da performance nos grandes roubos*. 1. ed. São Paulo: Biblioteca 24x7, 2010.
- BIONDI, Karina. *Etnografia no Movimento: Território, Hierarquia e Lei no PCC*. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Federal de São Carlos. Orientador: Jorge Luiz Mattar Villela. 2014.
- _____. *Junto e Misturado: uma etnografia do PCC*. São Paulo: Terceiro Nome, 2010.
- BUTLER, Judith. *Quadros de guerra – quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- CANDOTTI, Fabio M. “Saberes e ilegalismos urbanos na Amazônia”. *Anais do II Seminário Internacional Sociedade e Fronteiras / 4º Encontro Norte da Sociedade Brasileira de Sociologia*. Boa Vista, 2015.
- _____. “1992 – a via gangsta”. *Áskesis - Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar*, v. 1, p. 126-141, 2012.
- _____; Melo da Cunha, Flavia; SIQUEIRA, Ítalo B. L. “Crime e Estado no Amazonas”. *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, p. 28 - 29, 01 fev. 2017.
- DAS, Veena; POOLE, Deborah (Eds.) *Anthropology in the Margins of the State*. Santa Fé, Oxford: School of American Research Press/ James Currey, 2004.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. “1933 – Micropolítica e segmentaridade”. *Mil Platôs*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996.
- FOUCAULT, M. (2004a) *Sécurité, Territoire, Population*. Coll. Hautes Études. Paris: Gallimard & Seuil.
- _____. (2004b) *Naissance de la biopolitique*. Coll. Hautes Études. Paris: Gallimard & Seuil.
- _____. *A microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- _____. *Histoire de la sexualité – la volonté de savoir*. Paris: Gallimard, 1976.
- _____. *Surveiller et Punir – naissance de la prison*. Paris: Gallimard, 1975.
- HIRATA, Daniel. “Ilegalismos”. In: LIMA, R. S., RATTON, J. L., AZEVEDO, R. G. (org.) *Crime, polícia e justiça no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2014.

- _____. *Sobreviver na adversidade: entre o mercado e a vida*. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade de São Paulo. Orientadora: Vera Telles. 2010.
- JOHNSTON, Les. "What is vigilantism?". *British Journal of Criminology*, 36 (2), 1996.
- LASCOUMES, P. "L'Illegalisme, outil d'analyse, à propos de Surveiller e Punir". *Sociétés et Représentations*, n. 3, 1996.
- LYRA, Diogo. *A república dos meninos – juventude, tráfico e virtude*. Rio de Janeiro: Editora Mauad/Faperj, 2013.
- MARQUES, Adalton. *Crime e proceder – um experimento antropológico*. São Paulo: Alameda Editorial, 2014.
- _____. "Maior respeito" e "cuidado com as palavras": considerações de moradores sobre transformações nas periferias de São Paulo. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 36., 2012, Águas de Lindóia. Anais... São Paulo: ANPOCS, 2012.
- MISSE, Michel. "O Rio como um bazar: a conversão da ilegalidade em mercadoria política". *Insight Inteligência*. Rio de Janeiro, v. 5, n.18, p. 68-79, 2002.
- _____. *Malandros, marginais e vagabundos. A acumulação social da violência no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IUPERJ, Tese de doutorado em Sociologia, 1999.
- PAES-MACHADO, Eduardo; NASCIMENTO, Ana Márcia Duarte. "Conduzindo o perigo: práticas e redes nodulares de governança da segurança entre taxistas". *Espacio Abierto* (Caracas. 1992), v. 23, p. 403-433, 2014.
- PAES-MACHADO, Eduardo; NASCIMENTO, A. M. "Governança multicêntrica e redes de segurança de taxistas". *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 5, p. 597-626, 2012.
- PAES-MACHADO; Riccio-Oliveira, M.A. "O jogo de esconde-esconde: trabalho perigoso e ação social defensiva entre motoboys de Salvador". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 24, p. 91-106, 2009.
- PAIVA, Luiz Fábio S. *Contingências da violência em um território estigmatizado*. 1. ed. Campinas: Pontes, 2014a.
- PAIVA, Luiz Fábio S. "A violência como evento de ressignificação e construção da realidade social". In: César Barreira, Maurício B. Russo, Luiz Fábio S. Paiva. (Org.). *Violência como campo de pesquisa e orientação*. 1ed.Campinas: Pontes, 2014b
- PINHEIRO, Israel. *Regimes de violência – narrativas ao redor de um lugar "seguro"*. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade Federal do Amazonas, 2017.
- TAVARES, Geovani de O. e PAIVA, Luiz Fábio S. "Crime e segurança privada". In: Cesar Barreira; Elcio Batista. (Org.). *(In)Segurança e Sociedade: treze lições*. Campinas-SP: Pontes, 2011.
- TELLES, Vera da S. *A cidade nas fronteiras do legal e ilegal*. Belo Horizonte: ARGUMENTVM, 2011
- VIEIRA, Danielli. *Correndo pelo certo, vivendo no crime: moral, subjetivação e comensurabilidade na experiência de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas*. Tese de Doutorado em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina. 2014